

# ARQUITETURA, CIDADE E ESPAÇO DOMÉSTICO NA CAMPINA GRANDE (PB) DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DOS NOVECENTOS

Marcus Vinicius Dantas de Queiroz\*

## RESUMO

Estuda a arquitetura, o espaço urbano e o espaço doméstico da cidade de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, das primeiras décadas do século XX, em momento anterior às ações de modernização citadina intensificadas nos anos 1930. A partir da análise de fontes primárias, investiga a produção dos edifícios e do tecido urbano campinense nos oitocentos e seus reflexos na conformação da cidade que adentra o século XX, reproduzida ainda de acordo com as heranças coloniais. Examina o interior das construções, principalmente as habitacionais, fazendo uma leitura das suas formas, usos, espacializações e diálogos estabelecidos com os espaços públicos. O objetivo é compreender como as pessoas e todos esses conteúdos urbanos e arquitetônicos se relacionavam e interagiam entre si.

Palavras-chave: Arquitetura. Espaço urbano. Espaço doméstico. Campina Grande (PB).

## 1 INTRODUÇÃO

Abrir a porta da sala diretamente sobre a via pública, dormir em alcovas, buscar ou comprar a água para o consumo cotidiano em latas d'água, armazená-la em cisternas, tomar banho nos açudes do município ou defecar em suas ruas, becos e travessas eram rotinas comuns para os moradores da Campina Grande (interior da Paraíba) dos princípios do século XX. Eram maneiras de se relacionar com o edifício e com o urbano que refletiam a infra-estrutura da cidade e o seu próprio processo de produção ao longo do tempo, ainda herdeiro dos padrões coloniais. Estamos falando de uma Campina Grande anterior à modernização do seu espaço urbano e da sua arquitetura, até então pouco contemplada com os avanços técnicos e

construtivos advindos com a revolução industrial.

Esse texto caminha por formas de pensar, produzir e usar a cidade e os seus edifícios que foram predominantes no país até os esforços para a constituição da cidade moderna brasileira, iniciados em fins dos oitocentos. No caso do município do interior paraibano, por formas que foram dominantes até os 1930, quando um conjunto de ações pautadas nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, em voga no cenário nacional, estabeleceram novos padrões para a reprodução e uso do seu espaço urbano. Interessa-nos saber, por exemplo, como eram as construções antes das exigências por ar e luz em seus ambientes internos, como as pessoas gerenciavam as

---

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no período 2006-2008. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal da Paraíba. Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e do Centro Universitário de João Pessoa.

E-mail:marcusvidanq@yahoo.com.br

necessidades dos seus corpos antes da instalação das redes mecanizadas de abastecimento de água e coleta dos esgotos, com a conseqüente difusão das bacias sanitárias, e como os moradores e todos esses conteúdos urbanos e arquitetônicos se relacionavam e interagiam entre si.

Para tanto, valemo-nos majoritariamente de fontes primárias, colhidas nos arquivos da cidade. Através de anúncios e matérias de jornais, memórias, crônicas, fotografias e projetos arquitetônicos da época, procuramos recuperar a Campina Grande das primeiras décadas dos noventa, em todas as suas cores, cheiros, sons, conflitos e materialidades. Buscamos caminhar por suas ruas, entrar nas suas casas e escutar seus moradores, observando o desenvolvimento de hábitos cotidianos que denunciavam o saber fazer e o usar a cidade e as suas construções em um determinado momento histórico.

## 2 CONSTRUÇÕES “ACANHADAS E SEM O MENOR GOSTO ARQUITETÔNICO”

O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios tipo bungalow, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade (ELEIÇÃO..., 1935).

Em 1935, o então candidato a prefeito Vergniaud Wanderley assim definiu as construções de Campina Grande: acanhadas, casebres inestéticos, sem o menor gosto arquitetônico. O diagnóstico colocava a cidade inteira no mesmo patamar de “feióra”, só excluía algumas esparsas residências, tipo bungalow. De fato, quando da sua declaração, as exceções realmente eram poucas. O seu olhar se voltava contra a certa uniformidade construtiva que Campina Grande possuía naquele momento, contra a

simplicidade das edificações térreas coladas umas às outras distribuídas por quase toda a cidade. Tal gregarismo era, ao mesmo tempo, causa e conseqüência da própria forma como suas estruturas de ruas, praças e lotes foram organizados desde os primórdios, herdeiras dos padrões coloniais de produção do espaço citadino, cujos sinais de ruptura só começaram a se delinear no país em meados do século XIX, com o afastamento das construções residenciais de um dos limites laterais do lote<sup>1</sup>.

Como em Campina Grande, críticas assim precederam várias reformas urbanas no Brasil no começo dos noventa, voltando-se contra o mar de casas térreas e a aparência lusitana das suas cidades, principalmente das suas regiões centrais. Porém, muito mais do que as propaladas questões estéticas, de gosto arquitetônico, esse enunciado acanhamento construtivo trazia consigo, dos séculos anteriores, a espacialização interna das edificações e os usos que desses ambientes faziam as pessoas em seus cotidianos para se abastecerem d'água, para se livrarem dos esgotos, para o descanso e o gerenciamento das necessidades do corpo, enfim, uma série de atividades executadas de acordo com a infraestrutura da cidade. Na precariedade tecnológica de equipamentos urbanos de uso coletivo (sistemas de abastecimento d'água, coleta de esgotos), muitas dessas atividades encontravam realização na esfera pública, aos olhos de todos.

O aspecto das construções de Campina Grande ao adentrar os anos 1930 refletia as próprias condições de evolução da cidade ao longo do tempo, de um núcleo que durante a Colônia e o Império teve limitada importância econômica, social e política dentro do contexto regional e que, portanto, com uma ou outra exceção, não possuía grandes exemplares de arquitetura urbana remanescentes desse período<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cf. Reis Filho (1970) e Lemos (1989).

Almeida (1962, p.126) registra que, desde 1821, as cidades de Areia e Mamanguape (interior da Paraíba), na época mais ricas do que Campina Grande, importavam de Portugal, para revestimento e ornamentação dos seus sobrados (todos já com janelas envidraçadas e varandas de ferro com avanço para o exterior), azulejos coloridos e louças em forma de animais, entidades mitológicas e vasos floridos para colocação nas cimalthas; novos materiais cuja importação foi intensificada com a integração do país ao mercado mundial a partir da abertura dos portos (1808) e que proporcionaram avanços construtivos na arquitetura brasileira<sup>3</sup>. Câmara (1943, p.78, 87-88) mostra que, por volta de 1850, Sousa e Pombal, menores e com vida mercantil inferior a Campina Grande, eram mais bem edificadas do que esta, fator que despertou a admiração dos habitantes da capital paraibana para o bom gosto das populações dessas duas cidades e, também, de Areia e Mamanguape, devido aos seus “sobrados largos de azulejo, em beira e bica, à moda de Lisboa e Porto”. Enquanto isso, na década de 1860, o núcleo urbano campinense, ainda Vila Nova da Rainha, era um “agregado de casinhas mal construídas”, de “aspecto “triste”

sem auxílio provincial, desprezada, ainda há pouco tempo, dos seus fazendeiros, habitada por artífices e mercadores pobres, não podia ter melhor feição arquitetônica. [...] ainda em 1864, Campina não possuía sequer um único prédio de mais dum pavimento, pois como tais não poderiam ser tomados os coros das igrejas, a sala livre, sistema água furtada, da cadeia ou o sótão do Comércio Velho, únicos edifícios de então que se destacavam da paisagem urbana [...]. As casas, na maioria, tinham tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteio embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua etc. Ainda não havia gelosias e as portas e janelas, de madeira aplaianada, eram pintadas bizarramente. Bizarra também a pintura

As edificações só ganharam maior solidez, usando a expressão de Câmara, com a elevação da vila à condição de cidade (1864) e a conseqüente intensificação da sua vida urbana. Bacharéis passaram a residir na cidade e alguns fazendeiros se inclinaram para construir suas residências urbanas. A reforma dos templos religiosos (Igreja da Matriz e do Rosário), a construção de edifícios públicos (Cadeia Nova, Casa de Caridade, Grêmio de Instrução e Paço Municipal) e algumas iniciativas particulares de maior vulto, como a construção de um sobrado largo e azulejado na praça Epitácio Pessoa (em 1877, propriedade de Francisco Maria de Souza Gouveia, depois pertencente à família Lauritzen), garantiram melhor feição arquitetônica ainda no século XIX, refletindo o grau de importância que o núcleo urbano passou a ter. Contudo, a mão-de-obra continuava precária. O Paço Municipal, por exemplo, um dos edifícios de maior impacto e importância para a cidade no final do século XIX, segundo Almeida (1962, p.165), foi construído por uma frente de trabalho formada por retirantes da grande seca de 1877 que acorreram a Campina Grande (ALMEIDA, 1962, p.165-174), certamente pouco qualificados para a execução de detalhes construtivos mais elaborados (imagens 1, 2 e 3).

Em maior ou menor medida, as igrejas e o paço traziam claramente em suas fachadas cuidados de composição arquitetônica, certa preocupação com os aspectos estéticos da construção, algo que não significou, necessariamente, a atuação de arquitetos ou de outros projetistas na cidade. Suas referências se filiavam às manifestações classicizantes da arquitetura brasileira, com a utilização de frontões, balaustradas, vergas em arco pleno, pilastras e

<sup>2</sup> Dentre as exceções, a Casa de Câmara e Cadeia (1814), o sobrado de Francisco Maria de Souza Gouveia (1877), o Paço Municipal (1877) e as igrejas do Rosário e da Matriz. Mesmo sendo exemplares significativos dentro do contexto local, esses edifícios distavam em tamanho e qualidade, imponência e requinte, da arquitetura desenvolvida em muitas capitais do país no mesmo período, inclusive em João Pessoa.

<sup>3</sup> Sobre o assunto, ver Reis Filho (1970, p.37-38).



predominância de simetria em plantas e fachadas. Aqui surgiram, tardiamente, alguns elementos construtivos inexistentes no cenário local no ano de 1864<sup>4</sup>, como azulejos, a utilização de madeira serrada e vidro nas esquadrias e os balcões de ferro do sobrado de Francisco Gouveia. Mas essas foram iniciativas isoladas. Grosso modo, as edificações continuavam simples, térreas, implantadas em seus lotes estreitos e compridos, coladas umas às outras, como o conjunto arquitetônico da rua Maciel Pinheiro, habitado por pessoas que “viviam do comércio e de pequenos ofícios, quase todos forasteiros” (CÂMARA, 1947, p.63). Câmara (1947, p.50-51) chegou a dizer que, excluindo o aumento do número de casas e as construções e reformas citadas acima, “a cidade apresentava pequena diferença em 1907 comparada com 1864”, fazendo com que o campinense tivesse inveja dos conjuntos arquitetônicos das outras cidades.



1. Igreja Matriz (Catedral de Nossa Senhora da Conceição).

**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.



2. Igreja do Rosário.

**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.



3. Paço Municipal (1877).

**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

### 3 O SÉCULO XX E A PERMANÊNCIA DOS PADRÕES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Com o aceleração construtivo desde o começo do século XX, o número de edificações saltou de 731, em 1907, para 4.781, em 1930 (CÂMARA, 1947). Acreditamos que isso representou, majoritariamente, um incremento quantitativo e não qualitativo dos prédios da cidade e, conseqüentemente, do seu espaço urbano. No Brasil, de maneira geral, a instalação de grandes sistemas ferroviários, na segunda metade do século XIX,

<sup>4</sup> Considerando para essa análise a definição que Câmara (1943, 87-88) faz das construções da cidade para o ano de 1864.

colocou o interior do país em maior contato com os portos das cidades litorâneas e, daí, com a sociedade industrial européia, o que representou avanços técnicos na nossa arquitetura. “Novos tipos de mercadorias, como máquinas e materiais de construção mais pesados (vigas e colunas de metal, elementos de acabamento, mobiliário, decoração), cuja condução seria impossível com o transporte em lombo de burro, passariam a chegar, com toda facilidade e pela vigésima parte do preço, a essas

regiões”, como já chegavam desde o princípio do século, só que em menores proporções (REIS FILHO, 1970, p.148). No caso de Campina Grande, o trabalho de Aranha (1991, p.100) nos mostra que, dentre outros objetos, a Great Western Brasil Railway transportou até a cidade, no ano de 1911, mobília, porcelana, espelhos, cristais e folhas-de-flandres (geralmente utilizadas para confecção de calhas, condutores e algeroz), materiais importados via portos da Paraíba e de Pernambuco.



4. Rua Maciel Pinheiro, 1931. Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

O acervo iconográfico do começo do século XX flagra construções com maior apuro técnico quando comparada àquela paisagem descrita por Câmara (1943, p.87-88) para o ano de 1864. Agora, os edifícios mais comuns apareciam com melhores esquadrias (com o uso de madeira serrada, e não mais aplainada, e de vidro, possibilitando a entrada de luz nos edifícios mesmo quando portas e janelas estavam fechadas) e utilizando platibandas, o que denunciava o uso de calhas no telhado para impedir o despejo das águas pluviais diretamente sobre a via pública, mudança talvez ocorrida por imposição de legislações municipais ainda no século XIX (imagem 4). Contudo, isso pouco levou a alterações na relação entre a arquitetura e o urbano. Até os primeiros anos da década de 1930, a maior parte das edificações de

Campina Grande eram térreas, sem recuos em relação aos limites frontal e laterais do lote e possuíam cobertas simples, de duas águas paralelas ao alinhamento da rua. O rápido crescimento da cidade entre 1907 e 1930, com “sofreguidão pelas construções de afogadilho, como se fosse um acampamento, visando apenas lucros rendosos” (CÂMARA, 1947, p.52), não abriu espaço para maiores inovações na sua arquitetura.

Poucas foram as edificações que incorporaram recuo frontal ou em um dos lados do lote, levando ao surgimento de jardins, de novos arranjos de plantas e de telhados recortados, mais complexos, transformações que já vinham acontecendo no país desde a segunda metade dos oitocentos e que no final desse mesmo século já eram correntes na arquitetura



residencial das áreas de expansão da capital paraibana, geralmente associadas às classes média e rica<sup>5</sup>. Os edifícios comerciais e as pequenas fábricas dispostas dentro do perímetro urbano seguiam o mesmo caminho, estendiam-se por quase todo o terreno. Só limitado número de edificações reformadas ou reconstruídas das áreas de ocupação mais antiga,

como a rua Floriano Peixoto, e alguns novos prédios erguidos nas regiões de expansão pós-ferrovia, como a rua Irineu Joffily, afastaram-se de um dos limites do lote. Completamente soltas no meio do terreno, apenas algumas residências mais abastadas das ruas 7 de Setembro, Vidal de Negreiros e João da Mata (imagem 5).



5. Rua 7 de Setembro, 193?. Exceções de palacetes Ecléticos.  
**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

Essas últimas eram os palacetes ecléticos, os bungalows, citados pelo então candidato a prefeito Vergniaud Wanderley como exemplo de bom gosto arquitetônico. Até o momento, acreditamos que o surgimento desse tipo de moradia em Campina Grande se deu na década de 1920<sup>6</sup>, aos primeiros sinais urbanos da bonança vinda com o incremento econômico local (eletricidade, bondes, primeira tentativa de se criar um sistema de abastecimento d'água e demais melhoramentos da infra-estrutura cidadina) e em consonância com o seu aparecimento na capital<sup>7</sup>. A construção de residências urbanas isoladas no terreno já era ensaiada no país desde finais dos

oitocentos, com a República e com as exigências dos códigos higienistas em busca de ar e luz para as alcovas, mas só ganhou intensidade com os novecentos. Era a casa da família nuclear, sinônimo de moradia civilizada, burguesa, à francesa. Ao se afastarem dos edifícios laterais, essas casas romperam com o tipo de implantação colonial, ganharam maior liberdade para o arranjo, a iluminação e a ventilação dos ambientes e estabeleceram nova relação com a esfera pública, longe dos olhares da rua e do contato imediato com os vizinhos (REIS FILHO, 1970; HOMEM, 1996). Eram novas noções de privacidade e conforto, imbuídas dos valores da burguesia

<sup>5</sup> Cf. Carvalho e Tinem (2006, p.51-52).

<sup>6</sup> De acordo com o Prof. Dr. Fábio Gutemberg Sousa (Departamento de História da UFCG), o Anuário de Campina Grande de 192 trouxe a imagem de uma residência com essas características construída na rua João da Mata, citada pela publicação como exemplo de moradia elegante campinense. Em debate promovido durante o simpósio temático A cidade em diferentes olhares – XII Encontro Estadual de História da ANPUH, Cajazeiras, 28 jul. 2006. Não tivemos acesso ao Anuário de Campina Grande de 1925.

<sup>7</sup> Cf. Carvalho e Tinem (2006, p.52-53).

emergente, surgidas com o melhoramento da infraestrutura urbana (em alguns casos, geralmente nas maiores cidades) e com os avanços técnicos e construtivos advindos com a Revolução Industrial (REIS FILHO, 1970, p.154; HOMEM, 1996, p.247).

As inovações na disposição do edifício no lote, no arranjo das plantas, nas técnicas e materiais construtivos utilizados e dos mais recentes sistemas de abastecimento de água e coleta de esgoto representaram momento de modernização da arquitetura brasileira. Contudo, não estava vinculado a um estilo próprio. As referências formais poderiam ser várias, de épocas diversas, quase sempre remetendo à arquitetura europeia do mesmo período, configurando o que se convencionou chamar de Ecletismo arquitetônico (FABRIS, 1987). Até os anos 1920, o Ecletismo relacionava-se com a idéia de modernidade, configurando o cenário da Belle Époque brasileira. Tais manifestações contribuíram para a elaboração da imagem pública desse conjunto de modernizações ocorridas na esfera privada.

Todas essas transformações eram pouco sentidas na Campina Grande do começo da década de 1930. Os palacetes Ecléticos e as residências com alguma inovação técnica ou recuo em relação aos limites do lote eram exceção em um conjunto urbano uniforme, simples, ainda marcado pelas heranças coloniais. Talvez as maiores novidades trazidas pelo século XX tenham acontecido no campo formal, da ornamentação, ou dos enfeites, como chamavam na época. Com as construções, reconstruções e reformas, muitos desses prédios simples ganharam ornamentos nas suas fachadas, típicos da profusão decorativa Eclética (imagens 6 e 7). O Ecletismo campinense trouxe poucos avanços técnicos e construtivos da Revolução Industrial e veio desvinculado das exigências higienistas que pediam recuos para a desinfecção dos ambientes ditos insalubres. Não se manifestou com a mesma intensidade que em outras

cidades do país, como no Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, São Paulo ou João Pessoa.



6 e 7. Casa de Câmara e Cadeia (1814), reformada no começo do século XX.

**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande



8. Do lado esquerdo, Farmácia Osvaldo Cruz, Loja A Simpatia e Loja A Campinense. Do lado direito, Grêmio Renascença 31 e Sobrado de Cristiano Lauritzen. Praça Epitácio Pessoa (a data da foto do ano de 1925 é incerta).

**Fonte:** Arquivo pessoal de Francisco Sales Trajano Filho.

A simplicidade do conjunto arquitetônico com que Campina Grande adentrou a década de 1930 era resultado da sua própria condição econômica e social, formada por uma pequena elite urbana que, desde os anos 1920, aos primeiros indícios de prosperidade econômica, já começava a se instalar fora das áreas tradicionais da cidade, nos palacetes Ecléticos inviáveis de serem construídos na estrutura de lotes estreitos das regiões de ocupação mais antiga; e por uma maioria pobre, que habitava as casas de taipa e os

cortiços, e intermediária (formada por comerciantes e profissionais liberais), moradora da maior parte das construções que se espalhavam por ruas como a Maciel Pinheiro, Floriano Peixoto, Irineu Joffily, Marquês do Herval, João Pessoa e Afonso Campos. A propalada elite que morava em algumas dessas ruas era, de fato, restrita; basta observar as fotos da época que flagram tais regiões da cidade. Isso contraria visões predominantes da história local de que a rua Maciel Pinheiro era ocupada eminentemente por uma elite, vinculada a oligarquias agrárias, formada por famílias tradicionais que habitavam “casas belíssimas”, “construções maravilhosas”, “antigos casarões seculares” (VERAS, 1988)<sup>8</sup> que, “com sua altura, tamanho e fachadas, deveriam encantar os olhos do homem e da mulher comum” (SOUSA, 2001, p.34)<sup>9</sup>.

A Maciel Pinheiro chegou ao século XX como a principal rua do comércio campinense, disputando a preferência das moradias dos poucos abastados com a rua Floriano Peixoto.

Porém, até o incremento econômico do início dos novecentos, Campina Grande não possuía uma elite urbana de fato, consistente, em número significativo. A própria conformação da rua Maciel Pinheiro se deu com a ocupação dos que viviam do comércio e de pequenos ofícios, quase todos forasteiros, como já comentamos (CÂMARA, 1947, p.63). Foi esse tipo de ocupação que chegou ao século passado, predominantemente de comerciantes e profissionais liberais, uma “classe média”, intermediária. Mesmo com as muitas reconstruções e

reformas, a maioria dos edifícios da Maciel Pinheiro era muito simples. Os mais imponentes e provavelmente ligados a uma elite de verdade eram exceções, como os sobrados da família Lauritzen, da família Agra, da Casa Guerra e do Grêmio Renascença 31 (1924), clube recreativo dos mais abastados. Não existia uma correspondência, por exemplo, entre os simples edifícios das lojas A Simpatia, A Campinense e da Farmácia Osvaldo Cruz, que ficavam na Praça Epitácio Pessoa, e os seus elegantes anúncios de jornal, que diziam vender os melhores produtos dos mais afamados fabricantes nacionais e estrangeiros (VILLAR, 1934; CAMPINENSE, 1934) (imagem 8). As memórias saudosistas dos antigos moradores da área, como as de Dona Esmeraldina Agra, contam a história dessas exceções, das poucas famílias abastadas como a dela. Analisemos as construções mais de perto.

Como na maior parte da cidade, a rua Maciel Pinheiro formava com a praça Epitácio Pessoa um conjunto urbano monótono, com usos comerciais, residências e de serviços. Os prédios estavam assentados em seus lotes estreitos, compridos e esconsos, sobre o alinhamento regular da rua e colados uns aos outros pelas laterais, configurando compactas massas edificadas e planos contínuos de fachadas. Estas delimitavam a própria rua e a praça, funcionando como únicos elementos de separação entre o que era público e o que era privado. A compactação só era aliviada pelas áreas livres dos quintais de algumas residências, já que outras preferiram suprimi-las para a construção de quartos de aluguel. Alguns edifícios,

<sup>8</sup> As expressões “casas belíssimas” e “construções maravilhosas” foram usados por Esmeraldina Agra, antiga moradora da rua Maciel Pinheiro, em entrevista a Veras (1988) no dia 22 de setembro de 1988.

<sup>9</sup> Com as reconstruções e reformas que os prédios mais antigos sofriam ao longo do tempo e considerando que a cidade só teve significativo incremento construtivo a partir de 1864 e, depois, com a instalação da ferrovia, Campina Grande chegou ao nosso período de estudo com uma maioria de edificações do final do século XIX e começo do XX. Assim, mesmo tendo conservado até os anos 1930 praticamente inalteradas as relações arquitetura/ lote urbano e as especializações coloniais, não podemos nos referir a essas construções como coloniais, como fazem alguns cronistas da época e estudos mais recentes. Talvez a única exceção seja a Casa de Câmara e Cadeia, construída em 1814, que mesmo com a descaracterização sofrida para a incorporação de ornamentação eclética conservou, aparentemente, sua estrutura original.